

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR
23/05/2024**

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Maio de dois mil e vinte e quatro, às 13h30m, em formato híbrido, presencialmente no Salão dos Governadores, Praça Nossa Senhora de Salette S/N, Centro Cívico, Curitiba (PR), e/ou *online* através de videoconferência, com acesso pelo *link* encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Justiça e Cidadania**, Suplente — Jane Cristina Lobato Alves; **Casa Civil**, Gilberto Antonio de Souza Filho e Suplente — Douglas Henrique Novelli; **Secretaria do Estado do Esporte**, Titular — Neide Maria de Góes Marchini e Suplente — Sônia Soares; **Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**, Lenir Aparecida Mainardes e Suplente — Josiane Godoy; **Secretaria do Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**, Suplente — Mayara Gabriela; **Secretária de Saúde**, Suplente — Rosane Freitas; **Conselheiros da Sociedade Civil:** **Cáritas Brasileira Regional Paraná**, Suplente — Francisco Rodriguez; **Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana**, Titular — Marina Monteiro; **Pastoral Migrante Francisco Beltrão**, Titular — Rosane Aparecida; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras**: Titular — Rockmilys Basante Palomo e Suplente — Aieda Muhieddine; **Pastoral dos Migrantes em Curitiba**, Titular — Adriana Maria Matias; **Conselho Regional de Psicologia do Paraná**, Titular — Clefaude Estimable e Suplente — Victória Kepla; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa**: Titular – Gislaine da Rosa; **Demais participantes da reunião:** Evlin Gamra (SEJU/DG); Sheila Nicolau (CODIHC/SEJU); André Godinho (CAPR); Gabriel Cândido (SEJU/COCID); Patricia Bellé (ADH/SGM/CURITIBA); Iago Haior (IPARDES); Lucas (IPARDES); Angelita Bazotti (IPARDES); Mariana (IPARDES);

Daylexis (UFPR); Fabiane Mesquita (AMIRF); Luisis (UFPR); Priscila Pacheco (SESP);

Justificativas de Ausência: Conselheira: Gizele Cristiana da Secretaria de Estado da Educação justificou sua ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Gil saudou a todos (as) e deu início à chamada nominal para registro dos (as) presentes em ata. A seguir, deu abertura à Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas (CERMA/PR). **2. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de Abril de 2024:** Gil informou que a ata foi previamente encaminhada a todos (as) e indagou se alguém teria alguma contrariedade a sua aprovação — sem ressalvas, aprovada. **3. Aprovação de Pauta:** Gil realizou a leitura da pauta para conhecimento de todos (as) e colocou-a em aprovação — sem ressalvas, aprovada. **4. Formação continuada – Palestra com Angelita Bazotti (IPARDES):** Primeiramente, Angelita informou que é Socióloga do IPARDES e apresentou os seguintes *slídes*: ***“Slide 01: Regimento Interno – CERMA/PR. Art. 34. São 04 (quatro) as Comissões Permanentes, cada uma formada paritariamente, por no mínimo 04 (quatro) Conselheiros, sendo que as comissões estão assim designadas: I – Comissão Permanente de Comunicação e Eventos; II – Comissão Permanente de Denúncias e Garantia de Direitos; III – Comissão Permanente de Gestão da Informação; IV – Comissão Permanente de Monitoramento de Políticas Públicas; Slide 02: Art. 38. Compete à Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas: I – Analisar e emitir parecer sobre o Plano Estadual de Políticas Públicas para promoção e defesa dos Direitos dos RMA do PR; II – Manter o Conselho Informado sobre a situação dos refugiados, migrantes e apátridas no que diz respeito ao acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e outros; III – Elaborar parâmetros técnicos operacionais para contribuir com o CEAS-PR no processo de credenciamento e reconhecimento das instituições que desejam se habilitar para acolhimento institucional e realização de ações voltadas aos refugiados, migrantes e apátridas. Ao CERMA compete o monitoramento do Plano Estadual do RMA no PR. Como Fazer Isso? Slide 03: MODELO LÓGICO; O que é? Para que serve? Desde quando? Slide 04: O Modelo Lógico (ML) é uma ferramenta de organização de ideias, crucial para planejamento, monitoramento e avaliação. A***

*aplicação da metodologia possibilita sintetizar o planejamento e a formulação de programas e projetos por meio de diagramas. Utilizar o ML permite compreender pressupostos, objetivos e o funcionamento do (futuro) programa ou plano, e as expectativas de resultados, vinculados a execução das ações propostas. **Slide 05:** MODELOS DE DIAGRAMAS: DIAGRAMA 1 (ANEXO A) – Explicação e Referências Básicas do Programa; Diagrama 2 (ANEXO C) – Estruturação do Programa para alcance de resultados; Diagrama 03 (ANEXO D) – Resultados, Impactos e Efeitos do Programa; Diagrama 04 (ANEXO E) – Fatores Relevantes de Contexto do Programa; **Slide 06:** Anexo A; **Slide 07:** A Arvore de Problemas — Consequências, Problema e Causas; **Slide 08:** Formulação concisa da situação indesejável a ser enfrentada. Aquilo que se pretende mudar. Expressa, obrigatoriamente, uma situação negativa. Seja ela: escassez; inadequação; precariedade; insegurança; dificuldade; falta de acesso; fragilidade; desestruturação; insuficiência; ausência; baixo desempenho; déficit de oferta; inexistência; inoperância de funcionamento; desigualdade; inequidade e etc... **Slide 09:** CAUSAS: Ter alto impacto no problema; Ser um centro prático de ação, ou seja, o ator pode agir de modo prático, efetivo e direto sobre a causa; Serem de diversas ordens e devem estar relacionadas da mais geral para a mais particular e por tema; Estar na agenda governamental para a proposição de enfrentamento, técnico e com legitimidade política; **Slide 10:** CONSEQUÊNCIAS: Problemas sociais agravados sem o programa; Ocorrências factíveis, encontradas na realidade; Efeitos que o problema, com suas causas, provoca na realidade; Comprometimento do futuro sem o programa; **Slide 11:** DESCRITORES: Demonstram a existência do problema e a relevância do programa proposto; Indica a situação da mudança pretendida com o programa; Seleciona informações estatísticas periodicamente aferidas; Com o levantamento das evidências pode-se revisar o problema, suas causas e consequências; **Slide 12:** OBJETIVO GERAL: Mudança que se deseja com o programa. Indicação clara do que se pretende alcançar para minimizar, mitigar ou solucionar o problema. Ou seja, expressa o resultado que o programa se propõe a alcançar, consistindo na superação do problema em um lapso de tempo estabelecido; OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Indicações claras de resultados particulares que contribuem para*

*mudança geral do problema. Diretrizes para as ações propostas pelo programa; ações estas que, em conjunto, indicam o cumprimento do objetivo geral. Descrever separadamente cada ação, caso houver mais de uma. Devem ser precisos, distintos e conter ideias singulares, não mescladas. Recomenda-se não usar mais do que um verbo para cada definição. **Slide 13: EXEMPLO – AULA ENAP (ANEXO B); Slide 14: DIAGRAMA 2 (ANEXO C); Slide 15: DIAGRAMA 3 (ANEXO D); Slide 16: DIAGRAMA 4 (ANEXO E); Slide 17: Contatos Equipe IPARTES – NEPS: Angelita Bazotti – Socióloga (abazotti@ipardes.pr.gov.br); Mariana Lorencetti – Cientista Política (mariana.lorencetti@ipardes.pr.gov.br); Lucas Nekel da Silva – Cientista Político (lucasn.silva@ipardes.pr.gov.br).”***

5. Criação do Premio Paranaense Pela Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas: Rockmillys relatou que a proposição desse projeto foi iniciada ao observar outros estados, onde há incentivos, reconhecimento e premiações para lideranças e organizações da sociedade civil que trabalham na defesa dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas. A seguir, Douglas indicou que usou o modelo do Ministério de Direitos Humanos está usando em 2024 e encaminhou para a equipe da Rockmillys para estruturarem melhor, sendo necessário definir categorias e uma comissão organizadora. Gil sugeriu que seja realizado um convite à SEJU para que seja feito um trabalho em conjunto. Adriana registrou sua preocupação quanto a um “ranqueamento” institucional (que já acontece em diversos setores) das atividades desenvolvidas e ainda não havia compreendido claramente qual seria o papel do CERMA nesse cenário, não dando o devido empoderamento ao Conselho. Francisco pontuou que a avaliação por mérito é muito subjetiva e dependeria de quem avaliará as atividades, assim, o instrumento avaliativo deve ser bem pensado e construído em conjunto, sendo necessário formular categorias e diretrizes. A seguir, Gil colocou em votação a criação da Comissão Organizadora com prazo de 60 dias para apresentação da proposta — sem ressalvas, aprovada. A composição da comissão foi definida da seguinte forma: Rockmillys; Adriana; Jane; Francisco e Douglas. A comissão terá Rockmillys como presidenta e a Adriana como relatora.

6. Ações no Cerma/PR na II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátridia: Douglas relatou que a Conferência Nacional acontecerá em novembro na

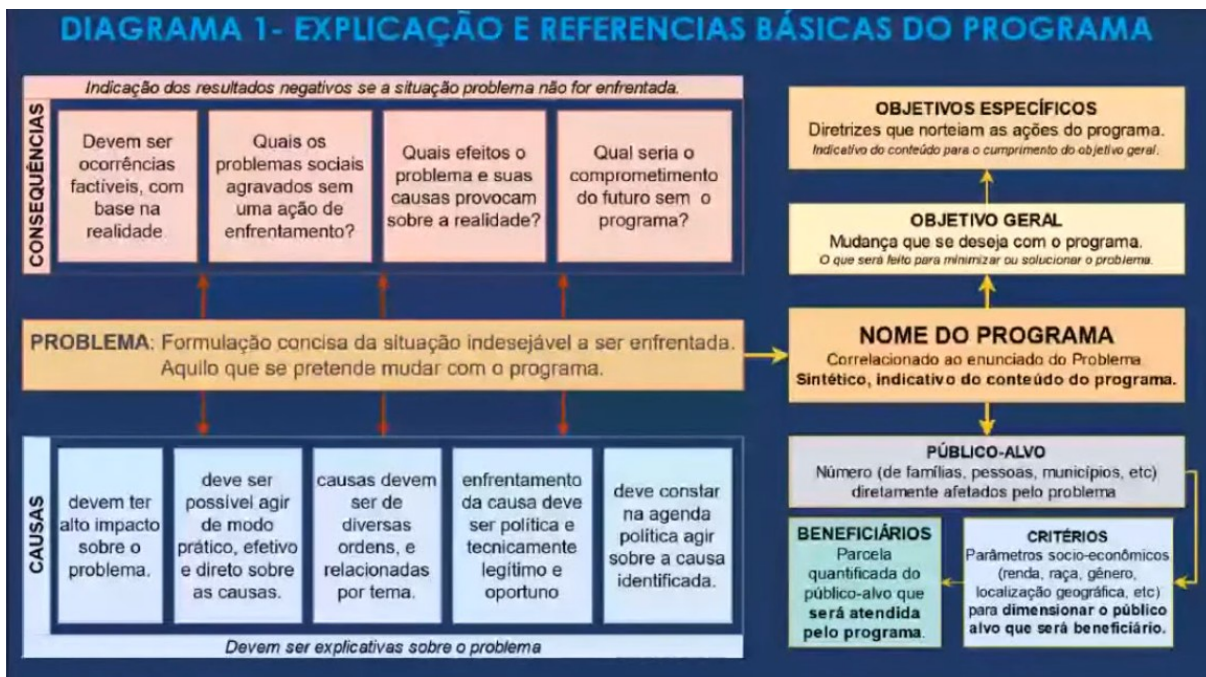
cidade de Foz do Iguaçu (PR) e há um problema específico no que diz respeito à alimentação no evento, para isso, sugere-se que o Governo do Estado e/ou SEJU organize uma feira para alimentar essas pessoas — assim como é feito no térreo do Palácio das Araucárias. **7. Avaliação da Comigrar Estadual:** Gil relatou que, em reunião com a SEJU, foi acordado a elaboração de uma minuta sobre o Memorando de Avaliação, por isso, sugeriu que o assunto fosse tratado quando tivesse o conhecimento do conteúdo desse documento. **8. Menções honrosas:** Foi realizada a chamada nominal dos membros da Comissão Organizadora da COMIGRAR para uma homenagem. **9. Crise no Rio Grande do Sul – Refugiados climáticos:** André indicou que o termo correto seria “deslocados forçados” ou por razões ambientais. A seguir, Gil pontuou que, quando as águas baixarem nas cidades atingidas, toda região será afetada drasticamente e os habitantes destes locais não poderão mais os habitar novamente. Portanto, registrou uma enorme preocupação quanto ao fluxo migratório interno que haverá no país, principalmente nos estados mais próximos (SC, PR e SP) e por isso, trouxe o tema ao CERMA para ventilar possíveis propostas de auxílio. Gil sugeriu que seja elaborada uma Recomendação do Estado do Paraná para registrar essa preocupação e dar abertura às movimentações de demais órgãos. Por fim, Gil colocou em votação a proposta da elaboração de uma minuta, que será feita pela Fabiane e quem desejar também poderá contribuir — sem ressalvas, aprovada. **10. Cartão Corporativo:** Jane informou que há mais de 1 ano estavam solicitando os cartões por meio das secretárias executivas anteriores e até então nunca chegaram, porém, hoje (23) chegaram alguns cartões dos Conselhos de Direitos da SEJU (COPEDH/Comitê LGBTI e CERMA). Portanto, foi feita uma nova tramitação para solicitar os cartões corporativos faltantes e o protocolo já foi encaminhado à Central de Viagens (o trâmite demora cerca de 30 dias). Rosane destacou que a gestão atual está há mais de 2 anos e até então não conseguiram receber seus cartões corporativos, isso prejudica muito a participação dos (as) conselheiros (as) do interior do estado nas atividades do Conselho. **11. Composição do CERMA - Sociedade Civil, prazo de atuação de cada entidade e permanência para a próxima gestão:** Postergado para a próxima reunião. **12. Informes da Secretaria-Executiva:** Não houve. **13. Informes dos Conselheiros:** Gil

informou que a Cartilha de Direitos Humanos do COPEDH/PR contemplou a pauta migratória dentro do material, agradecendo formalmente o Conselho pelo excelente material elaborado. Ademais, Gil informou que o FONACERAM estavam sofrendo um esvaziamento nos últimos meses devido a atenção que os estados deram à COMIGRAR, não sendo possível convocar reuniões no momento. Houve também uma demanda urgente do COPEDH/PR relacionada aos migrantes haitianos, estes que estão com dificuldades imensas para saírem do Haiti para o Brasil por falta de voos e a extrema crise de segurança que assola o país. Em reunião, foi definido encaminhar a questão para o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores. Gil também informou que foi a Brasília participar de uma reunião sobre a Frente Parlamentar Migratória. Em relação ao Conselho de Dois Vizinhos, Gil informou que ainda não foi enviada a Carta. Adriana solicitou que a composição do Conselho seja reavaliada, pois por exemplo, o conselheiro Gil estava com muitas atribuições e o CERMA deve ter um cunho propositivo e representativo, principalmente em relação à Mesa Diretiva, pois ela “morreu” e foi centralizada de uma maneira que os (as) demais nem sabem das atividades antes da reunião ordinária. Além disso, Adriana destacou que a representação do CERMA deve ser aprovada em plenária e somente pode comparecer a um evento sem aprovação se estiver representando sua entidade, como Sociedade Civil, ressaltando assim, mais uma vez, a necessidade de continuidade da Mesa Diretiva. A seguir, Gil informou que na terça-feira foi Dia da África e a SEMIP convidaram o CERMA para participar de um evento. Quanto às representações, Gil registrou que a representação do CERMA nos convites recebidos é da Presidência e isso é definido pelo Regimento Interno, por isso, não poderia questionar a legitimidade de sua representação, mas sim, o fluxo de informação do Conselho. Jane informou que, na verdade, não, é necessária a anuência da plenária para representação CERMA em eventos, seminários e demais espaços, sendo essa, uma exigência de todos os Conselhos de Direitos com participação Governamental e Sociedade Civil (COPEDH, por exemplo).

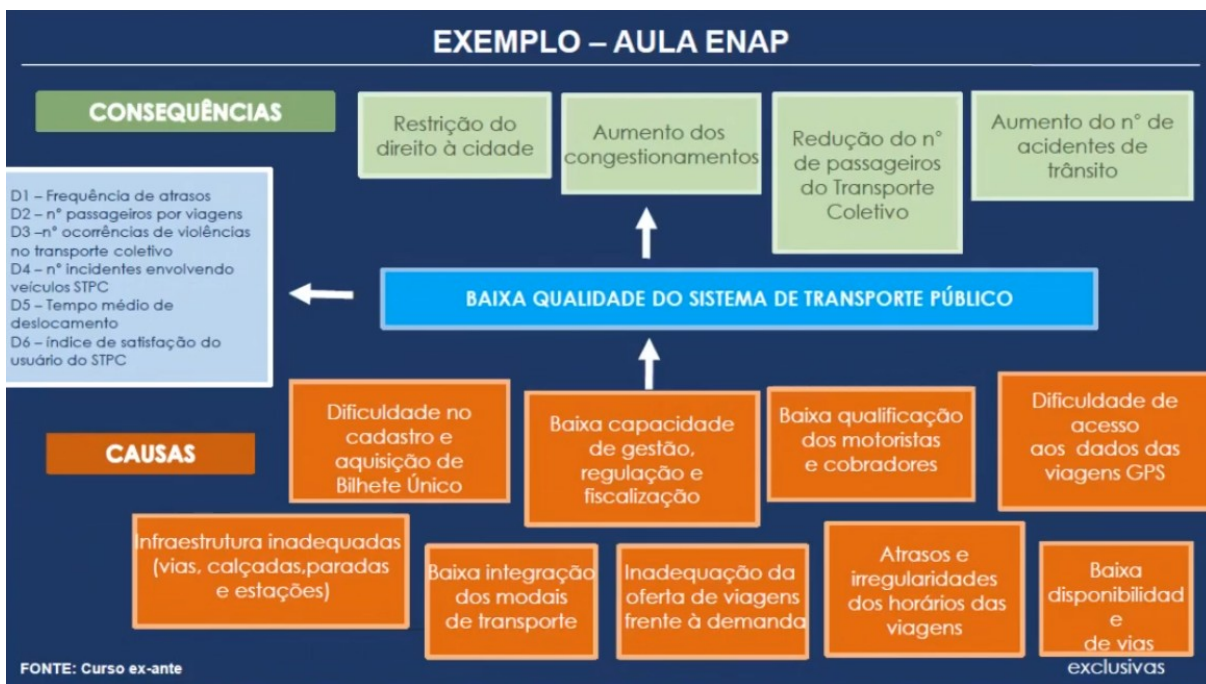
14. Informes Gerais: Jane informou que o Edital do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos foi aberto e o período de inscrições da Sociedade Civil e Universidades também (03 vagas), por isso, solicitou apoio na divulgação do Edital

para ampla participação de todos (as). **15. Encerramento:** Em conclusão, Gil agradeceu a presença de todos (as) e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por Sheila Nicolau.

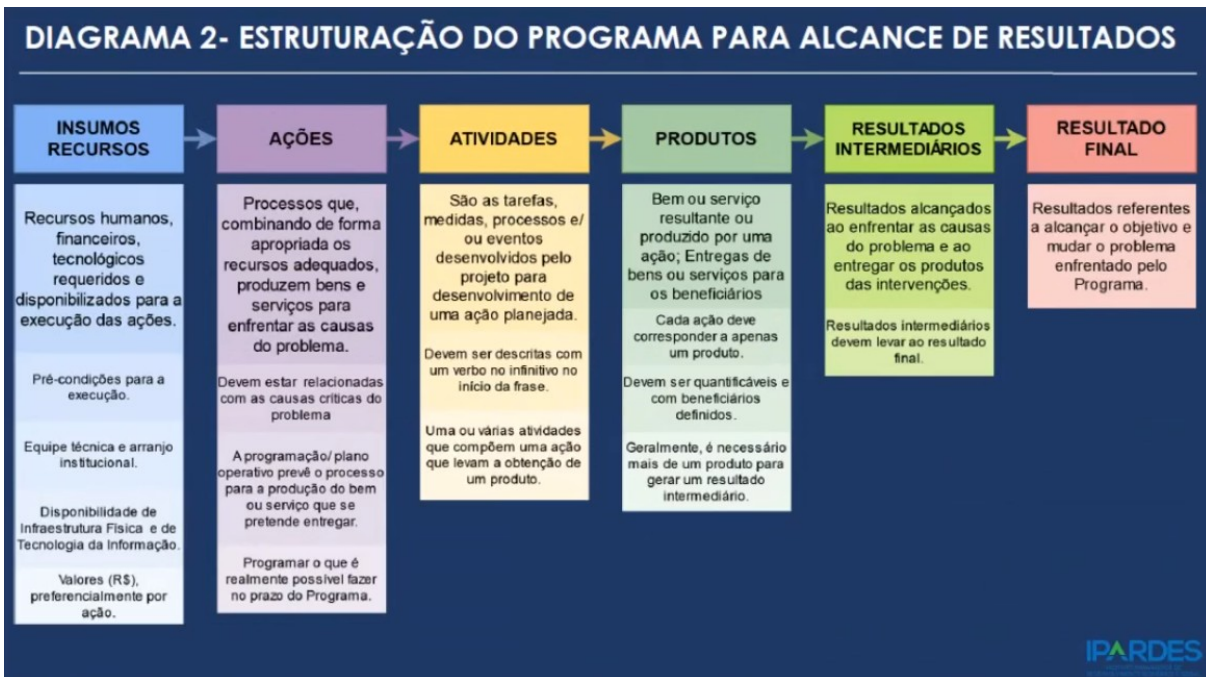
ANEXOS DA REUNIÃO



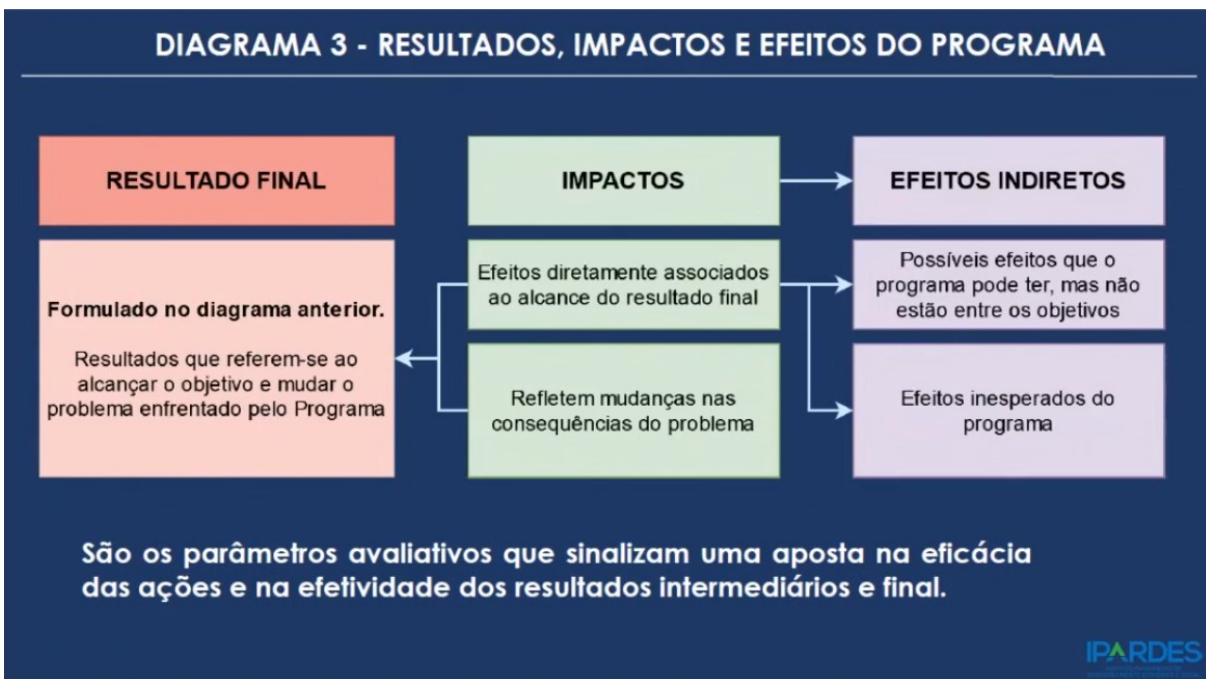
ANEXO A – DIAGRAMA 1



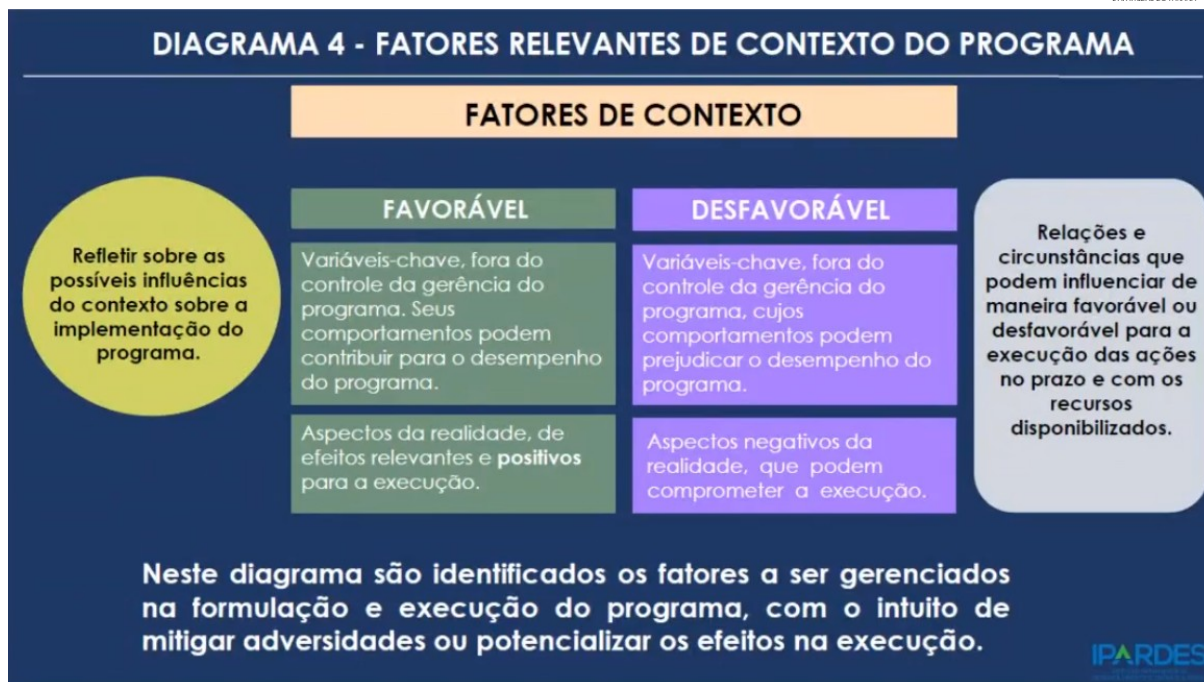
ANEXO B – EXEMPLO AULA ENAP



ANEXO C – DIAGRAMA 2



ANEXO D – DIAGRAMA 3



ANEXO E – DIAGRAMA 4